



EM BUSCA DO SUJEITO PERDIDO

por Eliana Pibernat Antonini¹

Resumo:

Este texto pretende incorporar a visão de sujeito empírico ao modelo interpretativo proposto por Umberto Eco para analisar os produtos culturais midiáticos. Redimensiona, portanto, o papel do leitor-modelo e tenta vê-lo não só como uma mera abstração, mas como um simulacro de enunciatário que carrega, em si mesmo, a gênese do sujeito empírico. Procura inserir tal sujeito em um dado contexto cultural e tenta verificar se as proposições de C. S. Peirce, em relação a sua construção da teoria da abdução, não se adequa a esta prerrogativa.

Palavras-chave: Sujeito Empírico; Umberto Eco, Simulacrum, Pierce, Abdução

Abstract:

This text intends to incorporate the vision of empirical subject to the interpretative model proposed by Umberto Eco to analyze the media cultural products. It remeasures, therefore, the role of the model reader and tries to see it not only as a mere abstraction, but as a simulacrum of an enunciator that carries, in oneself, the genesis of the empirical subject. It tries to insert this subject in a certain cultural context and tries to verify if the C. S. Pierce propositions, related to his construction of the abduction theory, don't adapt themselves in this prerogative.

Keywords: Empirical Subject, Umberto Eco, Simulacrum, Pierce, Abduction

""Senhor...se não restam mais humanos, que ao menos restem robôs-Ao menos a sombra do homem!"

Karel Capel, R.U.R. (Rossum's Universal Robots), 1920

¹ Eliana Pibernat Antonini é professora do PPGCOM/ PUCRS. Pesquisadora dos processos midiáticos e na área da cultura contemporânea.





I. Da problemática

O presente artigo parte de uma abdução: será o modelo abstrato de receptor proposto por Umberto Eco tão pressupostamente teórico que não se pode entendê-lo a partir de um sujeito concreto?! A hipótese central, pois, é a de que para construirmos estratégias de leitura que nos levem a ler o mundo como um grande texto, estamos a priori, entendendo que há um sujeito que infere sobre os fatos, os acontecimentos e cria abduções sobre estes mesmos acontecimentos, reconstituindo de forma experimental o processo de construção do sentido. Assim, a geração de conhecimento como a entende Charles Sanders Peirce contém, em si mesmo, três tipos de argumento e portando, três formas de inferência, sendo que quem infere é o sujeito da relação concreta deste mesmo conhecimento. Neste sentido, desdobramos a figura do receptor modelo no perfil do sujeito que, conhece o mundo como um universo de sentido.

Sabemos que a reflexão sobre as teorias e as possibilidades de conhecimento processos comunicativos tem propiciado, a alguns pesquisadores, um estudo mais detalhado não só sobre o objeto da comunicação, como também sobre as metodologias mais adequadas para abordar este fenômeno. Assim, os produtos culturais passam a ser pensados como um conjunto de textos que revelam, em sua coerência, um imaginário peculiar. Neles, descortinam-se "estados de coisas", dicionários de autores, obras e personagens, retratos de instituições sociais, além de formas de apreensão da realidade e da representação bastante surpreendentes. Compreendê-los, muitas vezes significa debruçar-se sobre os





procedimentos que engendram a análise de textos de comunicação e como tal análise se dá na prática.

Buscando como objeto, o modelo de análise de Umberto Eco, nosso estudo aqui deu ênfase à visão de cultura enquanto fenômeno de significação e comunicação e problematizou a tendência generativa de pensar a semiótica com uma mera coadjuvante do processo de comunicação. Entendeu, assim, que a cultura é sempre um sistema complexo de signos, com o qual nos relacionamos a partir de uma semiose ilimitada. Ou seja, toda dinâmica cultural passa pelos mais variados códigos a partir dos quais os sujeitos compõem um acervo peculiar de bens simbólicos. Enfatizamos, pois, sua proposta de que toda cultura se apresenta como processo comunicacional e que toda comunicação engloba todos os atos da práxis, no sentido de que esta mesma práxis é instituição de cultura e de relações onde o sujeito empírico se apropria do mundo e faz com que este mundo se transforme continuamente em cultura.

Analisar produtos midiáticos do tipo publicitário, fílmico, jornalístico, entre tantos outros, pressupõe identificar dados específicos de uma cultura. Sugerir um modelo de análise que se concentre numa competência do leitor em traçar estratégias textuais, leva a uma busca por identidades peculiares. Sem trabalhar diretamente com o leitor real, o sujeito empírico, o modelo de análise de Umberto Eco, aponta para um sujeito que interage como perspectiva fantasmagórica e que se revela só e somente a partir do jogo da produção de sentido. Assim, a discussão do Leitor-Modelo, na teorização proposta pelo autor, ancora nos estudos de recepção. O leitor modelo interpretará a partir de abduções e inferências com base nos signos do texto e progredirá, num processo de semiose ilimitada, até encontrar um acordo interpretativo que dê conta da significação no seu espaço histórico, social e, sobretudo, cultural. Assim, um texto não será mais do que a





estratégia que constitui o universo das suas interpretações. Interpretações estas geradas pelo seu leitor ideal.

Nesta perspectiva, a originalidade do autor Eco consiste em tratar o problema dos simulacros textuais do enunciador e do enunciatário como estratégias que simulam o comportamento interpretativo de ambos. O texto será um produto, cujo destino interpretativo forma-se a partir do seu próprio mecanismo gerativo e a relação entre fuidor e fruído será sempre uma relação de alteridade. O leitor, como princípio ativo desta interpretação é entretanto um produto abstrato, conjunto de meras estratégias textuais.

Tanto o autor-modelo quanto o leitor-modelo representam duas instruções fornecidas pelo texto, que somente se tornam devidamente esclarecidas através da interação que se dá pelo processo de leitura. O leitor-modelo "constitui um conjunto de condições de êxito, textualmente estabelecidas, que devem ser satisfeitas para que um texto seja plenamente atualizado no seu conteúdo potencial"(Eco, 1983: 45). Já o autor-modelo, por sua vez, pode ser reconhecido como um determinado estilo de escrita, como aquela "voz que nos fala afetuosamente (ou imperiosamente, ou dissimuladamente), que nos quer a seu lado. Essa voz se manifesta como uma estratégia narrativa, um conjunto de instruções que nos são dadas passo a passo e que devemos seguir quando decidimos agir como o leitor-modelo" (Eco, 1983:46).

II. Do modelo abstrato de leitor

Desde que J. Derrida afirmou em sua Farmácia de Platão que um texto é sempre imperceptível, ou seja, "um texto só é um texto se ele oculta ao primeiro olhar, ao primeiro encontro, a lei da sua composição e a regra de seu jogo" (Derrida, 1997:7) pode-se refletir com ele que dizer de um texto é dizer da identidade que nele subjaz, da cultura





que lhe é própria e que a partir dele se revela. A saber, dizer de um texto é dizer dos receptores que o atualizam na cadeia dos outros textos passados e futuros que com ele dialogam. Tais receptores são, pois, os verdadeiros construtores do sentido textual, capazes de interpretá-lo continuamente. O jogo interpretativo reveste-se, no quadro da filosofia da semiose ilimitada de Pierce de alguns preceitos:

- toda expressão deve ser interpretada por uma outra expressão ad infinitum;
- o significado socialmente reconhecido das expressões cresce através destas interpretações feitas em diferentes contextos e diferentes circunstâncias históricas;
- interpretar um signo significa prever idealmente todos os contextos possíveis em que ele pode ser inserido.

O contexto deve ser entendido, aqui, com o ambiente no qual uma dada expressão ocorre, justamente com outras expressões pertencentes ao mesmo sistema de signos e, a circunstância é a situação externa em que tal expressão e seu contexto podem ocorrer, afirma Eco (1995:230), em seu *Limites da Interpretação*. Tudo isso aponta para uma relação direta entre receptor e texto, entre situações de recepção e enunciação "reais". Queremos dizer que a busca da compreensão do sentido e da sua produção passam por processos de inferência da significação, gerados por um sujeito supostamente empírico, que ancoram num percurso histórico e eminentemente social.

Ora, se viver é dialogar e comunicar em sociedade, conhecer é, por sua vez, inferir sobre a realidade dos acontecimentos a partir de suas circunstâncias enunciativas. Num trabalho deveras curioso Sebok e Eco dedicam-se à história da metodologia abdução e passam a comparar nada mais nada menos do que Sherlock Holmes e Charles Sanders Peirce. Detêm-se no que Peirce denomina "valor da produtividade" ou os três tipos econômicos





de raciocínio, a saber dedução, indução e abdução ou inferência hipotética. A dedução "que depende da nossa confiança em nossa habilidade de analisar o jogo dos signos nos ou pelos quais pensamos"; a indução "que depende de nossa confiança em que o curso de algum tipo de experiência não será mudado ou interrompido sem qualquer indicação que antecede da interpretação e a abdução, "que depende de nossa esperança de, cedo ou tarde, supor as condições sob as quais um dado tipo de fenômeno se apresentará" (Sebok, 1991/2). Para realizar uma abdução, portanto, o sujeito do conhecimento, o receptor, realiza o que Umberto Eco vai denominar a posteriori de passeios inferenciais ainda que muitas vezes, tente retirar do percurso empírico o ator tentando permanecer na abstrata estratégia textual. Mas quem joga o jogo interpretativo? Quem infere progressivamente até ancorar num sentido que o texto-mundo projeta e adquirir um novo conhecimento?!

No caso específico do Leitor-Modelo, o trabalho cooperativo exaustivo pode transformá-lo em um leitor crítico ou num leitor ingênuo, cuja obediência textual, ancorada unicamente em uma competência interpretativa estreita, linear e mínima, o priva da percepção de horizontes mais amplos nos bosques da interpretação. De qualquer modo, como o que caracteriza um texto é sua possibilidade de "abertura" à complementação, o trabalho interpretativo de preenchimento da incompletude que constitui o tecido textual, só pode gerar-se em conjunto com a cooperação do leitor, seja este crítico ou ingênuo. Conforme Eco é esta atividade de cooperação interpretativa "que leva o destinatário a tirar do texto aquilo que o texto não diz (mas que pressupõe, promete, implica e implícita), a preencher espaços vazios, a conectar o que existe naquele texto com a trama da intertextualidade da qual aquele texto se origina e para a qual acabará confluindo"(Sebok, 1991/2). A idéia de cooperação ainda que imbricada na estratégia textual já interage com o sujeito empírico, o leitor, coadjuvante da interpretação, da atualização do sentido.





Interpretar um texto significará colocar em evidência o significado intencionado pelo autor, ou sua essência (independente da interpretação do leitor) ou ainda, se acreditarmos que os textos podem ser infinitamente interpretados em uma e outra situação, interpretar ou significará 'reagir ao texto do mundo ou ao mundo de um texto produzindo outros textos' (Eco, 1995:31). Logo, o problema não consiste em discutir a velha idéia de que o mundo é um texto que pode ser interpretado (e vice-versa) e sim em decidir se ele tem um significado fixo, uma pluralidade de significados possíveis ou não tem significado nenhum. Interpretar significará sempre, sob algum aspecto, reconhecer, gerar conhecimento sobre algo. Esta interpretação será vista como produção e jogo, como ato social, político, inserido num dado momento histórico. Ato particular de um particular sujeito.

III. Do leitor real, ator concreto da prática cultural

No dizer de Umberto Eco, num de seus textos mais clássicos, O Tratado Geral de Semiótica, o sujeito humano enquanto ator da prática semiótica se estabelece em toda relação pragmática que constitui o processo comunicacional em si mesmo. Entretanto, este sujeito concreto, radicado num sistema de condicionamentos históricos, biológicos, psíquicos que pode ser entendido como um dentre os possíveis referentes da mensagem ou do texto ou que também pode ser visto como um dos pressupostos do enunciado, sendo interpretado como num dos tantos elementos do conteúdo, levaria, à ultrapassagem dos limites naturais da Semiótica (Eco, 1980:256).

Mas, o próprio Eco chega a admitir que muitas vezes a semiótica e, a sua é uma semiótica da cultura, é "um estudo de uma atividade criadora de semioses" (Eco, 1980:256), entendendo o sujeito como aquele profundo da tópica freudiana; o sujeito dividido, constituído pelas pulsões e constrictões sociais. Admite e nega este mesmo sujeito, uma





vez que o entende na sua teoria dos códigos e da produção enciclopédica como mais um modo de ver o mundo e reafirma que a semiótica só trata com sujeitos dos atos semióticos, e esses sujeitos ou podem ser definidos em termos de estruturas semióticas ou, deste ponto de vista, não podem ser definidos por nada" (Eco, 1980:257).

Tudo isso exclui, como bem o diz W. NÖTH, do campo semiótico proposto para Umberto Eco as semióticas biológicas e evolutivas, as semióticas ditas do natural "que não só estuda (m) o comunicativo, as mensagens entre emissores e receptores, mas também os signos meramente significativos na natureza" (NÖTH, W. 1996:194).

Porém, toda presente discussão traz, em seu bojo, o contraponto entre o leitor virtual, "lector in fabula" e leitor real, leitor de dado texto inserido em dado contexto. Umberto Eco, focalizando os produtos culturais como modos e/ou estratégias textuais a partir de PETÖFI, esquece de contrapor, a nosso ver, o que poderíamos chamar de estratégias contextuais. Ora, a produção do sentido só se gera a partir de um receptor real, uma vez que cada leitor, cada sujeito encerra, em seu ato próprio de leitura, um jogo de interpretação e de significação aberta pelo texto e, conseqüentemente, pelo autor empírico. De outro ângulo, o sentido dado a cada ato de leitura estará sempre influenciado por todos aqueles outros processos de recepção simultâneos, passados e futuros. E, também, por uma constante e mutável visão de gozo estético, de gosto estético.

Neste particular, a adequada valorização e o evidente papel decisivo do receptor na construção do sentido, estará sempre em tensão com o papel do produtor do texto, na sua função de criar a tecitura enquanto expressão de representações estéticas e antropológicas, semântica-extensionais e fantástico-imaginárias. Dotar o texto de sua posição concreta em dado recorte da realidade é entendê-lo como suporte de uma





significação, enquanto estrutura sociológica reveladora de um específico mundo já construído. A relativização absoluta do sentido do texto que se traduz pelas várias apropriações que dele fazem seus leitores, igualmente é reveladora de que há outras competências enciclopédicas envolvidas no processo e que, tudo isso, acaba por fazer emergir um metacontexto social e ideológico que só pode ser remetido a sujeitos reais.

A prática interpretativa pressupõe, desde logo, um sujeito empírico capaz de gerar inferências de sentido e de provocar a construção de algum tipo de mundo possível que irá revelar códigos culturais restritos a uma comunidade social e histórica. O texto como produto cultural está ligado a uma visão de cultura e a compreensão de que há diferentes mitos, ritos, relações sociais, preceitos religiosos, padrões de conduta e de conceituação do que seja belo, ... só corrobora e torna mais explícito que este processo de variação cultural entre os diferentes tipos de texto necessitará de uma análise de cunho antropológico/etnográfico que relatará gêneros de textos atualizados em circunstâncias específicas e com propriedades diferenciadoras. Assim, o texto, sendo componente cultural variável de dada sociedade, é também fenômeno cultural que expressa estruturas complexas de certas comunidades culturais. Ainda que nos mantivéssemos numa visão de semiótica do texto, seríamos levados a escorregar para uma pragmática baseada nas diferenciações, nos contrastes e até nas ausências (lembramos Saussure, Jakobson, Deleuze, Foucault), o texto como produto de cultura é sistema de sistemas, relação de relações, amostragem de imaginário e paradigma para reconstrução de outros tempos e outros espaços. As fisionomias culturais que nele se delineiam partem de configurações tantas vezes abduativas, criadas por um receptor real. Queremos dizer com isso que, se postulamos com C. S. Peirce e sua lógica e nos interessamos por problemas de abdução e por métodos hipotético-dedutivos, somos nós, sujeitos empíricos de um fazer de leituras, inseridos neste espaço contemporâneo neo-barroco. Ainda que Umberto Eco (2000:255)





postule que o sujeito deva ser entendido a priori como um dentre os possíveis referentes do texto e o que o mundo da semioses seja mero parasita de um mundo mentiroso, teremos que admitir que para nos impressionar, perturbar, assustar ou comover até como os mais impossível dos mundos, contamos como o nosso conhecimento do mundo real. Em outras palavras de tudo e de nós mesmos como agentes de todo este processo de produção de sentido.

Refletir sobre o sujeito empírico implica, no viés por nos escolhido, manter-se num patamar semiótico. Para tal recorremos à base do pensamento peirceano e a sua tese anticartesiana de que o próprio pensamento se dá em signos. Em sua primeira grande publicação, o autor insatisfeito com as categorias aristotélicas (em número de dez) e kantianas (doze) acerca dos elementos formais e universais dos fenômenos, a saber elementos presentes em todo e qualquer fenômeno, considera três espécies de representações ou signos; três tipos de ciência; uma divisão geral dos símbolos; três tipos de argumentos, distinguíveis por suas três relações entre as premissas e a conclusão: dedução (símbolo), indução (índice) e hipótese (semelhança) (SANTAELLA, 2001:32).

A hipótese considerada como semelhança é também inferência e leva à abdução. Está na categoria da primariedade, da sensação, do sentimento imediato, da possibilidade, da liberdade e da indeterminação. Parte como as demais categorias da idéia de fenômeno. Entendemos, portanto, que se Peirce considera o conhecimento como a compreensão dos fenômenos e todo fenômeno é, em si mesmo, aquilo que aparece à mente, mesmo que não limitasse tal noção ao "mundo real" por nós identificado, o autor partia da idéia fulcral de que a experiência era a fonte de tudo. Ora, se estamos no plano da experiência só podemos estar no corpo do empírico... os defensores da teoria empírica de R. Bacon a Guilherme de Ockham (que Umberto Eco tanto cita no Nome da Rosa) chegando a B.





Russel, afirmam que nosso conhecimento só se dá como a experiência dos sentidos numa imensa percepção a respeito do mundo. As percepções combinadas ou associadas por semelhança, proximidade espacial e sucessão temporal e repetidas, por muitas vezes, geram idéias. Se para Peirce, o próprio signo é um fenômeno de conhecimento associativo e, conseqüentemente, uma idéia, tal idéia pertence a um sujeito empírico que raciocina (CHAUÍ, 1995:159). (É óbvio que, para um leitor modelo, este texto é repetitivo e por demais óbvio, mas creio que não possamos chegar ao obtuso sem passar por tais descaminhos tão singelos filosoficamente.)

Se precisamos de uma razão discursiva e, com ela interagirmos no texto a partir de intuições, deduções, induções e abduções, estamos projetando desde logo um sujeito que dê conta dos processos de intuir sobre o objeto texto, deduzir a partir de algo para ele já conhecido, induzir a algum a priori interpretativo e abduzir à construção de um novo conhecimento. Os sujeitos concretos, críticos da ideologia dos sistemas de significação, realizam atos concretos de prática comunicativa; este ato é possível pelo fato de que o código pode criticar a si mesmo por causa da natureza contraditória do Espaço Semântico Global (...) os sujeitos empíricos podem usar metalingüisticamente os códigos exatamente porque não há metalinguagem: porque tudo num sistema autocontraditório já é metalinguagem. Existem sujeitos empíricos, porque existe produção sígnica porque sujeitos concretos exercem produções de sentido, que se concretizam numa amostragem de cultura. Tudo acaba por apontar para este viés, este limiar entre um além e um aquém que aqui nos interessa por demais. Porém, temos que reconhecer que este é um percurso inicial que necessita de maiores e mais profundas reflexões para ancorar em um porto seguro.





(1) O termo propaganda, tal como o concebemos hoje, foi criado em 1597 pelo papa Clemente VII, que fundou a Congregação da Propaganda com o objetivo de propagandear a fé católica pelo mundo. Enquanto a palavra publicidade refere-se ao ato de tornar público ou vulgarizar determinado fato ou idéia, o termo propaganda tem por fim a propagação de princípio ou ideais.

(2) "De qualquer modo, se é verdade que no domínio produtivo o capital penetra e mobiliza a subjetividade em escala crescente, e nesse sentido ele é invasivo numa medida jamais vista anteriormente, é preciso reconhecer, em contrapartida que essa subjetividade e mobilizada funcione em rede, coletivamente, numa sinergia produtiva... Mas é preciso insistir: a subjetividade não é algo abstrato, trata-se da vida, mais precisamente, das formas de vida, das maneiras de sentir, de amar, de perceber, de imaginar, de sonhar, de fazer, mas também de habitar, de vestir-se, de se embelezar, de fruir, etc. Se é um fato que a produção de subjetividade está no cerne do trabalho contemporâneo, é a vida que aí está em jogo. O trabalho precisa da vida como nunca, e seu produto afeta a vida numa escala sem precedentes." (PELBART. 2000:37)

(3) "Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção. Realidade social significa relações sociais vividas, significa nossa construção política mais importante, significa uma ficção capaz de mudar o mundo." (HARAWAY. 2000:40)

(4) Em relação a geração da subjetividade e a sociedade do controle, buscamos em Hardt a seguinte observação: "O fim do fora, ou a ausência gradual de distinção entre dentro e fora, na passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do controle, tem importantes implicações para a forma da produção social da subjetividade. Uma das teses centrais mais comuns nas análises institucionais de Deleuze e Guattari, Foucault, Althusser e outros, é que a subjetividade não é originária, dada a priori, mas se forma pelo menos até certo ponto, no campo das forças sociais. As subjetividades que interagem no plano social são substancialmente criadas pela sociedade. Nesse sentido, tais análises institucionais gradativamente esvaziaram de seu conteúdo





qualquer noção de subjetividade pré-social para enraizar firmemente a produção da subjetividade no funcionamento das principais instituições sociais, tais como a prisão, a família, a fábrica e a escola. (HARDT.2000.367-368)

CHAUÍ, Marilena, (1995) *Convite À Filosofia* São Paulo: Ática

ECO, Umberto, (1980) *Tratado Geral Da Semiótica* São Paulo: Ed. Perspectiva

ECO, Umberto, (1983) *Lector In Fabula* Lisboa: Edições 70. Presença

ECO, Umberto, (1995) *Limites Da Interpretação* São Paulo: Ed. Perspectiva

GRANDI, Roberto, (1995) *Texto Y Contexto Em Los Medios De Comunicación* Barcelona: BOSCH Casa Editorial S. A.

NÖTH, Winfried, (1996) *A Semiótica No Século XX* São Paulo: Annablume

